

HABEAS CORPUS Nº 490.845 - ES (2019/0024829-3)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **MARCOS DANIEL VASCONCELOS COUTINHO**
ADVOGADO : **MARCOS DANIEL VASCONCELOS COUTINHO** -
ES018520
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO**
SANTO
PACIENTE : **A I X C (INTERNADO)**

EMENTA

HABEAS CORPUS. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO DELITO DE TRÁFICO DE DROGAS E DE POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. SENTENÇA. CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. Ordem denegada.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **A I X C** em face de ato coator proferido pela Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Espírito Santo no HC n. 0026739-84.2018.8.08.0000.

O impetrante relata que o paciente foi representado em processo de apuração de ato infracional, que transcorreu de forma regular, e ao final foi-lhe aplicada medida socioeducativa de internação, pela prática de ato infracional análogo ao crime do art. 33 da Lei 11.343/2006 e do art. 16 da Lei 10.826/2003. Aponta que, ao proferir a sentença, o Juízo da Infância e da Juventude negou o direito de recorrer em liberdade, aos seguintes fundamentos (fl. 4):

"[...] Considerada a gravidade e a periculosidade já afirmadas, indefiro o direito de recorrer em liberdade e determino, desde já, a expedição de guia de execução provisória, na forma da lei [...]"

Alega que o paciente respondeu ao processo de apuração de ato infracional em liberdade e que a periculosidade já era conhecida no início da demanda, o que significa imposição da medida sem justificativa cautelar. Afirma que a autoridade coatora negou a *ordem de habeas corpus* aduzindo que a decisão do magistrado de piso estaria fundamentada no art. 312 do CPP e no art. 122, inciso I, do ECRID (fl. 7). Afirma

que, por estar diante de medida cautelar, não é correta a justificativa amparada no art. 122, I, do ECA, sendo necessário se atentar para o disposto no art. 108 do Estatuto.

Requer a concessão da *ordem de habeas corpus*, a fim de que seja garantido ao paciente o direito de recorrer da sentença de primeiro grau sem o sacrifício inoportuno de sua liberdade [...] (fl. 11).

O pedido de liminar foi indeferido pela Presidência desta Corte (fls. 95/96).

Prestadas as informações (fls. 99/112), o Ministério Público Federal, em parecer exarado pela Subprocuradora-Geral da República Célia Regina Souza Delgado, manifestou-se pelo não conhecimento do writ (fls. 115/122).

É o relatório.

A pretensão não prospera.

Com efeito, a *Terceira Seção desta Corte, nos autos do HC n. 346.380/SP, firmou o entendimento de que condicionar a execução da medida socioeducativa ao trânsito em julgado da sentença que acolhe a representação constitui verdadeiro obstáculo ao escopo ressocializador da intervenção estatal, além de permitir que o adolescente permaneça em situação de risco, exposto aos mesmos fatores que o levaram à prática infracional, mesmo nos casos em que não tenha sido aplicada medida socioeducativa provisória no curso da instrução* (HC n. 456.664/SC, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 16/11/2018).

No mesmo sentido:

HABEAS CORPUS. RELEVÂNCIA DA QUESTÃO JURÍDICA POSTA. AFETAÇÃO DO WRIT À TERCEIRA SESSÃO. FINALIDADE DE ESTABELECER DIRETRIZES INTERPRETATIVAS PARA CASOS FUTUROS SEMELHANTES. MISSÃO DO STJ COMO CORTE DE PRECEDENTES. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. EFEITOS DA APELAÇÃO. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. TERMINOLOGIA INCOMPATÍVEL COM O PROCEDIMENTO POR ATO INFRACIONAL. CONDICIONAMENTO DO INÍCIO DO CUMPRIMENTO DA MEDIDA COM O TRANSITO EM JULGADO DA REPRESENTAÇÃO. OBSTÁCULO AO ESCOPO RESSOCIALIZADOR DA INTERVENÇÃO ESTATAL. PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO PRECOCE NA VIDA DO ADOLESCENTE (PARÁGRAFO ÚNICO, INC. VI, DO ART. 100 DO ECA). RECEBIMENTO DO APELO NO EFEITO DEVOLUTIVO. APLICAÇÃO IMEDIATA DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA. INTELIGÊNCIA DO ART.

215 DO ECA. ORDEM DENEGADA.

1. Espera-se de uma Corte de Vértice, qual o Superior Tribunal de Justiça, o fiel desempenho de sua função precípua de conferir unidade à interpretação da legislação federal, valendo-se dos variados métodos de interpretação colocados à disposição do aplicador do Direito. Daí a importância de se submeterem questões jurídicas de alto relevo, debatidas em órgãos fracionários desta Corte, ao crivo do órgão colegiado mais qualificado - *in casu*, a Terceira Seção - de modo a ensejar a eliminação de possíveis incongruências na jurisprudência das turmas que integram a Seção, fomentando, a seu turno, a produção de precedentes que estabeleçam diretrizes interpretativas para casos futuros semelhantes.

2. Invocam-se os artigos 198 do ECA e 520 do CPC para se concluir pela possibilidade de conferir efeito meramente devolutivo à sentença que impõe medida socioeducativa em confirmação ao que se denomina "antecipação dos efeitos da tutela", i.e., a anterior internação provisória do adolescente no processo por ato infracional.

3. Em que pese ser expressão que vem sendo utilizada, em julgados mais recentes desta Corte, ela não se coaduna com a natureza de um processo por ato infracional no qual, antes da sentença, permite-se ao juiz determinar a internação do adolescente pelo prazo máximo, improrrogável, de 45 dias (art. 108 c/c o art. 183, ambos do ECA), levando-se em consideração os "indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida." 4. **Como bem pontuado no acórdão impugnado pelo writ, "as medidas socioeducativas têm por escopo primordial a ressocialização do adolescente, possuindo um intuito pedagógico e de proteção aos direitos dos jovens", de modo que postergar o início de cumprimento da medida socioeducativa imposta na sentença que encerra o processo por ato infracional importa em "perda de sua atualidade quanto ao objetivo ressocializador da resposta estatal, permitindo a manutenção dos adolescentes em situação de risco, com a exposição aos mesmos condicionantes que o conduziram à prática infracional".** Incide, à espécie, o princípio da intervenção precoce na vida do adolescente, positivado no parágrafo único, inc. VI, do art. 100 do ECA.

5. Outrossim, a despeito de haver a Lei 12.010/2009 revogado o inciso VI do artigo 198 do referido Estatuto, que conferia apenas o efeito devolutivo ao recebimento dos recursos - e inobstante a nova redação conferida ao caput do art. 198 pela Lei n. 12.594/2012 - é importante ressaltar que continua a vigor o disposto no artigo 215 do ECA, o qual prevê que "o juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte". Ainda que referente a capítulo diverso, não há impedimento a que, supletivamente, se invoque tal dispositivo para entender que os recursos serão recebidos, salvo decisão em contrário, apenas no efeito devolutivo, ao menos em relação aos recursos contra sentença que acolhe representação do Ministério Público e impõe medida socioeducativa ao adolescente infrator, sob pena de frustração da principiologia e dos objetivos a que se destina a legislação menorista.

6. **Logo, condicionar, de forma peremptória, o cumprimento da medida socioeducativa ao trânsito em julgado da sentença que acolhe a representação - apenas porque não se encontrava o adolescente já segregado anteriormente à sentença - constitui verdadeiro obstáculo ao escopo ressocializador da intervenção estatal, além de permitir que o adolescente permaneça em situação de risco, exposto aos mesmos fatores que o levaram à prática infracional.**

7. Na espécie, a decisão impugnada no writ enfatizou a gravidade concreta da conduta do paciente - praticou ato infracional equivalente ao crime de roubo duplamente circunstanciado e outro ato infracional equivalente ao porte ilegal de arma de fogo - e destacou as condições de vida muito favoráveis ao paciente e as

facilidades e os desvios de sua educação familiar, como fatores que tornariam também recomendável sua internação. Tudo em conformidade com o que preceitua o art. 122, inc. I, da Lei n.º 8.069/90.

8. Ordem denegada.

(HC n. 346.380/SP, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Rel. p/ Acórdão Ministro Rogerio Schietti Cruz, Terceira Seção, DJe 13/5/2016 - grifo nosso)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO TRÁFICO DE DROGAS. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE IMPOSTAS NA SENTENÇA. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DAS MEDIDAS IMPOSTAS. POSSIBILIDADE. APELAÇÃO. EFEITO DEVOLUTIVO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. 1. Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal - STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça - STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

2. Não há constrangimento ilegal a ser sanado quando a decisão exarada pela Corte estadual está de acordo com o entendimento desta Corte de Justiça. Sobre o tema, "a Terceira Seção desta Corte assentou o entendimento de que a apelação, interposta contra sentença que aplica medida socioeducativa, deve ser recebida apenas no efeito devolutivo. Igualmente, consignou que é possível o cumprimento da medida socioeducativa antes mesmo do trânsito em julgado, em atenção ao princípio da intervenção precoce na vida do adolescente, visando garantir a atualidade da medida e a ressocialização do adolescente, evitando, assim, a manutenção da situação de risco que o levou à prática infracional, sendo ressalvada a possibilidade da concessão de duplo efeito, conforme cada caso concreto" (HC 451.200/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 15/6/2018).

3. Habeas corpus não conhecido.

(HC n. 466.242/SC, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 28/11/2018)

Como visto, o Superior Tribunal de Justiça sedimentou o entendimento de que não se deve condicionar *o cumprimento da medida socioeducativa ao trânsito em julgado da sentença que acolhe a representação - apenas porque não se encontrava o adolescente já segregado anteriormente à sentença*, pois constituiria verdadeiro obstáculo ao intento ressocializador, permitindo, ainda, que o adolescente permaneça em situação de risco.

Ressalte-se que eventual inconsistência de terminologia ou o equívoco na indicação de dispositivo legal pelo Tribunal de origem não tornam a decisão do Magistrado singular manifestamente ilegal.

Na hipótese, ao proferir a sentença, o Juízo da Vara da Infância e Juventude determinou a expedição de guia de execução provisória de medida socioeducativa de internação, considerando a gravidade e periculosidade afirmados na sentença (adolescente foi apreendido com 291 pedras de crack, uma pistola Glock, 9mm, além de um carregador alongado do mesmo calibre – com capacidade para 31 munições, carregado com 22, bem como com outras 20 munições em outra sacola). Ressalte-se, ainda, que o Magistrado consignou que o paciente possui várias outras ocorrências, havendo medidas socioeducativas em meio aberto, bem como que ele já contava com 19 anos de idade, *o que torna urgente uma enérgica ação estatal de contenção para a sua própria proteção e prevenção [...]* (fl.91).

Assim, entendo que se encontra devidamente fundamentado o indeferimento do direito de recorrer em liberdade, com a respectiva execução provisória de medida socioeducativa, não havendo, portanto, nenhuma ilegalidade a ser sanada.

Ante o exposto, **denego** a ordem.

Publique-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator